



JUSTIÇA FEDERAL

PLANO DE TRANSFORMAÇÃO
DIGITAL
Conselho da Justiça Federal

Brasília- DF
2022

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução CNJ n. 370, de 28 de janeiro de 2021, que institui a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o sexênio 2021-2026.

A Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário orienta-se, em seu preâmbulo, pelos seguintes objetivos estratégicos, distribuídos em três perspectivas:

Objetivo	SOCIEDADE
1	Aumentar a satisfação dos usuários do sistema judiciário
2	Promover a transformação digital
	APRENDIZADO E CRESCIMENTO
3	Reconhecer e desenvolver as competências dos colaboradores
4	Buscar a inovação de forma colaborativa
	PROCESSOS INTERNOS
5	Aperfeiçoar a governança e a gestão
6	Aprimorar as aquisições e contratações
7	Aprimorar a segurança da informação e a gestão de dados
8	Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas

Em consonância com o art. 15 da referida Resolução, a fim de promover a consecução dos objetivos estabelecidos na Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), os órgãos deverão elaborar Plano de Transformação Digital que conterá, no mínimo, as ações de:

- I – transformação/otimização digital de serviços;
- II – integração de canais digitais;
- III – interoperabilidade de sistemas, e
- IV – estratégia de monitoramento.

Para a elaboração do referido Plano de Transformação Digital serão extraídas as iniciativas e os projetos relacionados à estratégia digital do Plano Estratégico do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal, do Plano de Gestão do Conselho da Justiça Federal (2020-2022), do Planejamento Estratégico de TI da JF (2021-2026), bem como do Plano Diretor de TI 2021-2023, organizados em cada objetivo estratégico, conforme mencionado na tabela acima.

1. Conceituação

Modelo de negócio: forma como uma organização cria e entrega valor para seus clientes. Trata-se de uma visão macro de todas as etapas que compõem as ações realizadas pela corporação.

Transformação digital de negócio: processo de explorar as mais recentes tecnologias e práticas digitais para criar um novo modelo de negócio digital, possivelmente disruptivo para o *status quo*, baseado em produtos e/ou serviços digitais.

Otimização digital de negócio: transformação digital aplicada a um subconjunto do negócio da organização, tais como a determinadas linhas de produtos e/ou serviços, unidades de negócio, funções e/ou capacidades corporativas cujo objetivo é melhorar/otimizar o modelo de negócio já existente e não necessariamente criar um novo modelo.

Vale ressaltar que exemplos da transformação digital de negócio de forma disruptiva são raros. A maior parte das empresas tem sucesso na implementação da transformação digital em subconjuntos de seus negócios, o que estaria mais relacionado à otimização digital.

Portanto, a fim de se identificar, priorizar e implementar ações relacionadas ao tema, será utilizado tanto o conceito de transformação digital propriamente dito, bem como o de otimização digital para as iniciativas relacionadas à transformação digital no âmbito da Justiça Federal.

Desse modo, este documento tem como objetivo apresentar o **Plano de Transformação Digital do Conselho da Justiça Federal**, em cumprimento à Resolução CNJ n. 370/2021.

2. Plano de Transformação Digital – CJF – Resolução CNJ n. 370, de 28 de janeiro de 2021.

ID	1	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Implantação do sistema nacional de recursos humanos / modelo de sustentação nacional de software.		ESCOPO	Implantação de novo sistema nacional de recursos humanos.	
Unidade responsável			CTN - GT	Prazo para conclusão	2023	Objetivo estratégico ENTIC-JUD	4
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas.				
RISCOS							
R1.1	Incapacidade (técnica ou por insuficiência de recursos) de implantação da solução, levando ao preterimento da iniciativa.		Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO	Resposta	Responsável
			Impacto	Alto (4)	Alto (12-16)	Confrontar a iniciativa com outras ações em andamento no CJF, priorizá-las conforme proposto no item 9 do Modelo do Plano de Transformação Digital, editado pelo CNJ, e monitorar o seu respectivo andamento.	CGN

ID	2	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Integração da consulta a dados do CPF e CNPJ.		ESCOPO	Dotar a JF de acesso on-line à base de consulta aos dados CPF/CNPJ por meio de webservice – Operacionalização do serviço Blockchain.	
Unidade responsável			STI	Prazo para conclusão	2022	Objetivo estratégico ENTIC-JUD	8
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas.				
RISCOS							
R2.1	Demora na operacionalização da contratação do acesso à base CPF/CNF, o que acarreta o adiamento da iniciativa.		Probabilidade	Pouco provável (2)	GRAU DE RISCO	Resposta	Responsável
			Impacto	Médio (3)	Médio (6 a 10)	Confrontar a iniciativa com outras ações em andamento no Órgão, priorizá-las conforme proposto no item 9 do Modelo do Plano de Transformação Digital, editado pelo CNJ, e monitorar o seu respectivo andamento.	CGovTI

ID	3	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Implantação de solução de autenticação única (Single Sign-on) para a JF.	ESCOPO	Implantação de mecanismo unificado de autenticação (Single Sign On) para a Justiça Federal.	
Unidade responsável			CTN - GT	Prazo para conclusão	2025	Objetivo estratégico ENTIC-JUD
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas.			
RISCOS						
R3.1	Incapacidade (técnica ou por insuficiência de recursos) de integração à solução pelos órgãos da JF, o que acarreta o preterimento da iniciativa.		Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO	Responsável
			Impacto:	Alto (4)	Alto (12-16)	Estabelecer programa no âmbito da JF para conduzir a integração das soluções da JF ao mecanismo unificado de autenticação.
						CGN

ID	4	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Aprimoramento da Gestão de Dados da Justiça Federal.	ESCOPO	Formar um banco de dados processuais unificados na Justiça Federal que possibilite a extração de informações parametrizadas, as quais poderão ser utilizadas para a definição de políticas judiciárias e na tomada de decisões gerenciais de magistrados e de responsáveis pelas unidades administrativas no âmbito da Justiça Federal, a partir de um retrato acurado da realidade.	
Unidade responsável			SEG	Prazo para conclusão	Ago./2022	Objetivo estratégico ENTIC-JUD
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços; [...]; IV – estratégia de monitoramento.			
RISCOS						
R4.1	Complexidade da solução maior que o esperado, levando ao adiamento da iniciativa.		Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO	Responsável
			Impacto	Muito alto (5)	Alto (12-16)	Realizar a análise de viabilidade da arquitetura da solução.
						SEG

ID	5	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Implantação de solução de certidões unificadas da JF.	ESCOPO	Unificar em acesso centralizado a emissão das certidões expedidas pela Justiça Federal.	
Unidade responsável			CTN - GT	Prazo para conclusão	2024	Objetivo estratégico ENTIC-JUD
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços; II – integração de canais digitais; III – interoperabilidade de sistemas.			
RISCOS						
R5.1	Incapacidade (técnica ou por insuficiência de recursos) de		Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO	Responsável

	integração à solução pelos órgãos da JF, levando ao preterimento da iniciativa.	Impacto	Alto (4)	Alto (12-16)	Estabelecer programa no âmbito da JF para conduzir a integração das soluções da JF ao mecanismo unificado de certidão.	CGN
R5.2	Inviabilidade legal/normativa, conduzindo ao adiamento ou cancelamento da iniciativa.	Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO		Responsável
		Impacto	Alto (4)	Alto (12-16)	Estabelecer grupo de negócio que terá como incumbência validar a viabilidade legal/normativa e, quando couber, propor as alterações legais/normativas pertinentes.	CGN

ID	6	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Modernização do Sistema Nacional de Cálculos para a JF.	ESCOPO	Implantação de novo sistema nacional de cálculos para a Justiça Federal.	
Unidade responsável			CTN - GT	Prazo para conclusão	2023	Objetivo estratégico ENTIC-JUD
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			I – transformação/otimização digital de serviços.			
RISCOS						
R6.1	Recursos insuficientes, levando ao preterimento da iniciativa.	Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO		Responsável
		Impacto	Muito alto (5)	Alto (12-16)	Confrontar a iniciativa com outras ações em andamento no órgão, a fim de priorizá-las conforme proposto no item 9 do Modelo do Plano de Transformação Digital, editado pelo CNJ, e monitorar o seu respectivo andamento.	CGN

ID	7	SERVIÇO/PROJETO/INICIATIVA	Implantação de solução de processamento de precatórios da JF.	ESCOPO	Implantação de solução de processamento de precatórios integrado com os sistemas dos TRFs.	
Unidade responsável			CTN - GT	Prazo para conclusão	2023	Objetivo estratégico ENTIC-JUD
Natureza da ação (Resolução CNJ n. 370/2021, art. 15)			[...] III – interoperabilidade de sistemas.			
RISCOS						
R7.1	Incapacidade (técnica ou por insuficiência de recursos) de integração à solução pelos órgãos da JF, levando ao preterimento da iniciativa.	Probabilidade	Provável (3)	GRAU DE RISCO		Responsável
		Impacto	Alto (4)	Alto (12-16)	Estabelecer programa no âmbito da JF para conduzir a integração das soluções da JF ao mecanismo unificado de autenticação.	CGN

3. Monitoramento do Plano

Por contemplar as ações do Conselho da Justiça Federal, a definição de uma sistemática de acompanhamento do Plano se faz necessária para mantê-lo como um instrumento de planejamento e de apoio na tomada de decisões que envolvam mudanças por oportunidades, riscos ou outras questões associadas, visando sempre ao atingimento das metas e objetivos propostos do PE-CJF e do PETI-JF.

Para tanto, serão estabelecidos os pontos de controle apresentados a seguir, bem como os indicadores e metas a serem utilizados como base para o monitoramento da execução das ações planejadas.

ASSUNTO	PERIODICIDADE	RESPONSÁVEL
Avaliação e acompanhamento da execução do Plano	Trimestral	CGovTI
Revisão do Plano - Apresentação de oportunidades, novas necessidades, riscos ou problemas para tomada de decisão.	Sob demanda	STI/SUGOV
Reuniões de análise da estratégia com o CGovTI	Semestral	CGovTI
Fechamento do Plano do ano e preparação para a revisão do próximo período.	Anual	STI/SUGOV

4. Indicadores e metas para monitoramento do Plano

NOME	FORMA DE CÁLCULO	PERIODICIDADE	META ANUAL
Execução do Plano de Transformação	Ações ou Iniciativas concluídas no ano / Total de iniciativas planejadas para conclusão no ano apurado * 100	Semestral	80%

Siglas:

CGN – Comitê Gestor Nacional

CGovTI – Comitê de Governança de TI

CTN – Comissão Temática de Negócio

GT – Grupo de Trabalho

SEG – Secretaria de Estratégia e Governança

STI – Secretaria de Tecnologia da Informação

STI/SUGOV – Subsecretaria de Governança de TI